



SINOPSES¹

► CONHECER E COMUNICAR COM OS PÚBLICOS - INTERPRETAÇÃO, EXPOSIÇÃO E EDUCAÇÃO MUSEAIS

CATARINA MOURA

A quem interessam os Museus?

1. A quem servem os Museus?
2. Quem são os públicos dos museus?
3. Que públicos interessam hoje aos Museus?
4. E os públicos invisíveis, quem os conhece?
5. E o que é ser público?
6. É o número de visitantes dos museus unidade de medida para a qualidade?
7. São os Serviços Educativos angariadores de públicos?
8. Quem cativa, quem acolhe e quem move os públicos?
9. Se os Serviços Educativos são o serviço para os públicos porque resumi-los à vertente educativa escolar?
10. E o que é a educação nos museus?

Interrogações sem resposta à vista como estímulo à construção de potenciais paradigmas.

PEDRO MANUEL CARDOSO

O tema “*Conhecer e comunicar com os públicos - interpretação, exposição e educação museais*” confronta, na atualidade, os “profissionais de museus” com três paradigmas, nomeadamente o *conservacionista*, o *desenvolvimentista* (também dito da “Nova Museologia”) e o *comunicacional*. Esta alteração de paradigmas provoca quatro mudanças, concretamente, a nível conceptual, a nível dos modelos de comunicação dos museus com os públicos, a nível organizacional, e a nível da formulação das políticas públicas de património. O comentário, que no total não ultrapassará cerca de nove minutos, enquadrará a síntese inicial nestas quatro mudanças, e tentará responder à questão deontológica, formulando-a do seguinte modo: Por que razão ao consultar o *Código* verificamos que a mudança dos Paradigmas não mudou a *Deontologia*? Que resiliência é essa que o Património possui?

RAQUEL RIBEIRO DOS SANTOS

Deontologia: do grego “ciência do dever/obrigação” (*deon + logos*), habitualmente interpretado como um conjunto de orientações morais ou éticas.

¹ A ortografia dos autores foi respeitada.

Paradigma: do grego *parádeigma*, habitualmente entendido como modelo orientador.

A etimologia das palavras encaminha-nos, salutarmente, para a introspecção.

Estarão as oito orientações do código deontológico do ICOM obsoletas, desenquadradas da realidade ou plenamente cumpridas?

Temendo que a busca de novos paradigmas não passe de um exercício consumista e passageiro de *re-styling*, ousou sugerir que ainda não reflectimos o suficiente sobre o actual código deontológico. Arriscando que o actual paradigma é a busca incessante de novos paradigmas, apelo à substituição dos exercícios de estilo individuais por uma reflexão colectiva e interpretativa do passado.

De braço dado com alguns dos desafios lançados pela apresentadora da mesa, e socorrendo-me dos conceitos de *pastiche*, *esquizofrenia* e *amnésia histórica* elaborados por Frederic Jameson (há 30 anos), procurarei evidenciar a importância que atribuo à reflexão madura sobre o passado para que possamos tranquilamente compreender a actualidade e, juntos, antecipemos as necessidades que serão sentidas por todos nós – os públicos – nos nossos museus do (e no) futuro.

► PROTEGER E PROMOVER O PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL - INCORPORAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS

MARIA DE JESUS MONGE

Actividades centrais da prática museológica, a incorporação, investigação e preservação dos acervos são as vertentes do trabalho em museus que, por via das suas características, têm menor visibilidade. Tarefas de fundo, que se inscrevem no tempo longo das instituições, não permitem geralmente resultados espectaculares e não interessam os públicos generalistas ou a comunicação social.

Se trabalhar a memória do indivíduo e dos povos continua a ser o objectivo indiscutível da instituição museológica, novas formas de sociabilização, tecnologias inovadoras, lógicas de apropriação dos conteúdos actualizadas, novos modelos de gestão, têm vindo questionar a forma como este trabalho é enquadrado e, em última análise, condicionam a sua produção.

Em tempos de crise económica e social, de contracção mundial, a área da Cultura é vítima privilegiada. No entanto cabe a todos nós, agentes desta área, sermos intérpretes críticos dos acontecimentos e, após reflexão/discussão, empenharmo-nos em soluções possíveis.

JOSÉ MANUEL BRANDÃO

Museus de História Natural: no fio da navalha:

Os museus de História Natural constituem um caso especial por entre o universo das tipologias museológicas: as suas coleções, em muitos casos reunidas desde meados do início do século XIX, contam atualmente com milhões de espécimes de origem biológica e mineral, cujo uso se tem centrado, sobretudo, na investigação e no ensino. Volvidos os tempos em que todo o acervo estava exposto, por razões de observação e comparação, o número de peças em exposição tem vindo a declinar, substituindo-se as exposições vitorianas por outras, de menor densidade e mais informativas e abrangentes, rumo que parece mais adequado à potenciação do papel de mediador.

A sua existência, como de resto se passa com os outros museus, está ligada à constituição e preservação das coleções. Todavia, à medida que o tempo passa e os acervos aumentam com a entrada de novas coleções e a retirada dos exemplares que outrora preenchiam os espaços públicos, e com o surgimento de novas áreas de investigação cada vez mais ancoradas nas tecnologias e menos nas coleções acumuladas, aumenta também o número de peças que deixa de ser usado, ou passa a ter um uso cada vez mais limitado, com consequências óbvias na alocação de recursos necessários à sua manutenção. Esta é uma situação tão paradoxal como pertinente, sobretudo numa época em que as dotações orçamentais são escassas e aos museus se exige mais, e melhor, intervenção cultural.

Atente-se ainda que a mudança do paradigma dos “museus abundância” e dos “museus contemplação” para a tónica na fruição do património natural *in situ*, reforçada pela crescente apetência dos públicos pelo turismo alternativo, aumenta a necessidade de questionar o papel que estes museus, e os seus profissionais, podem/devem ter na sociedade contemporânea.

O caminho a seguir parece ser, porventura, o de encontrar estratégias que, apostando em elevados *standards* de trabalho e na facilitação do acesso à informação, possibilitem a identificação de novos

utilizadores e/ou formas de utilização das coleções, gerando, em simultâneo, pontes com as novas formas de apresentação e interpretação do património natural e das interações criadas com a sociedade, destinatária final da produção científica e cultural.

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

1. Os espólios arqueológicos e o que (não) está a ser feito com eles;
2. A evolução da relação entre os Museus e a área de investigação;
3. A experiência de Conimbriga em particular acerca do 2º ponto.

► ENTRE AS TUTELAS E AS COMUNIDADES - MODELOS DE GESTÃO DOS MUSEUS

ALBERTO GUERREIRO

- a) Pensar hoje os museus como um instrumento sustentado, a partir de um discurso de valorização do património cultural, é definir apenas uma parte do todo que envolve um vasto processo composto por conteúdos materiais que incidem, sobretudo, nos modos de vida da(s) comunidade(s) e nas construções de identidade que esta(s) produz(em) sobre si mesma(s). Num mundo em mudança vertiginosa, os museus permanecem como um importante depósito sensorial e cognitivo da memória do passado essencial à formação identitária do futuro. Esta dupla condição, de sentidos opostos mas com uma única finalidade sociocultural faz dos museus, um dos instrumentos de maior simbolismo político. Elementos fundamentais para esta assunção são factores como o “efeito de atracção” e de “renovação” que os museus possuem e que envolve a própria consciência de “melhoria” que transmitem ao território e à comunidade onde se inserem, fazendo desse mesmo espaço de inserção, mais sugestível e sedutor. Uma boa parte do futuro dos museus passa assim por políticas de desenvolvimento apoiadas num arquétipo novo ligando os museus à economia, através da constituição de modelos de gestão próximos dos requisitos ancorados nos desígnios da indústria cultural. Um arquétipo estabelecido, desde logo, em linha de equilíbrio e interacção com valores, nem sempre próximos, como os da “competitividade” e da “coesão social”. Na verdade, estamos perante um novo paradigma atingindo o próprio conceito de museu: os museus tornaram-se elementos constituintes de políticas economicistas e nesse ponto tanto intervêm tutelas de feição pública, como privada (*paradigma económico*). Advento desta transformação, os museus estão obrigados a delinear novos compromissos e a adoptar modelos alternativos capazes de produzir inovação no que diz respeito às metodologias de intervenção. Contudo, paradoxalmente, as instituições museológicas são no interior das tutelas que as governam, muitas vezes, as entidades menos apetrechadas para desenvolver o seu trabalho e cujo investimento nem sempre é considerado como prioritário, quer em termos humanos, como ao nível dos recursos estruturais e tecnológicos de acolhimento e tratamento das coleções.
- b) Como detentor de conhecimentos técnicos, o especialista em museologia é portador de princípios metodológicos que através da sua inserção no processo de produção cultural dos museus confere um sentido às suas tarefas. Neste sentido, as tarefas de gestão dos bens e equipamentos culturais saem igualmente enriquecidos e tornam-se mais eficazes se desenvolvidos numa prática museológica assumidamente conduzida por princípios deontológicos de base. A realidade contemporânea exige níveis performativos de sustentabilidade (e até mesmo de rentabilização) e este facto leva-nos a cogitar sobre duas evidências que se interligam: um *paradigma económico* condicionante de toda a actividade dos museus que, simultaneamente, depreende uma potencial necessidade de apuramento do conceito de museu que o organismo internacional (ICOM) poderá vir a ser obrigado a redefinir e a actualizar.

Tópicos:

- Renovação dos arquétipos técnicos, profissionais e científicos da museologia, obrigando ao estabelecimento de metas e políticas museológicas adequadas e realistas;
- Redefinição, institucional e administrativa, de acordo com as exigências de inovação, modernização e actualização aplica aos museus.

JOANA SOUSA MONTEIRO

Duas questões para motivar o debate sobre as temáticas do painel, na tentativa de regressar ao essencial:

1- As exigências actuais de inovação e de alteração dos modelos de gestão - para o desenvolvimento dos museus ou para a sua mera sobrevivência - devem, ou não, alterar o perfil (tradicional?) dos seus directores e das suas equipas?

2- A tão falada mudança de paradigma é uma inevitável ameaça ou pode constituir confirmação e reforço da natureza das funções museológicas que constam dos documentos legais e normativos que nos regem?

AGOSTINHO RIBEIRO

Os aspectos mais relevantes que me parecem dever ser analisados, na perspectiva de uma mudança de paradigma (que à cultura em geral, e aos museus em particular, se coloca), podem sintetizar-se nos seguintes pontos/questões, mais direccionadas para as responsabilidades do Estado:

1 - O Estado pode demitir-se das suas responsabilidades constitucionais, expressas na alínea e) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa (Tarefas fundamentais do Estado), que refere concretamente a de "Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território"?

2 - Para o exercício desta tarefa fundamental do Estado Português, e no âmbito específico do património cultural depositado nos seus Museus, vai respeitar integralmente as disposições constantes na Lei Quadro dos Museus Portugueses, Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto?

3 - Em nosso entender, o disposto nesta Lei deve constituir a base primordial do trabalho de reorganização dos museus do Estado, e possíveis modelos de gestão, particularmente no que se refere:

a) Ao objecto expresso no artigo 1º das suas disposições legais, desde a definição dos princípios da política museológica nacional, passando pela promoção e regulação de todas as vertentes onde a actividade museológica se faz sentir, até à institucionalização e desenvolvimento da Rede Portuguesa de Museus;

b) À adequada sustentabilidade, da responsabilidade inalienável do Estado, no que respeita aos Recursos humanos, financeiros e instalações, expressos no Capítulo III desta Lei;

c) Devendo ser dada especial atenção ao Capítulo VIII, sobre a Rede Portuguesa de Museus, matéria unanimemente considerada pelos responsáveis e trabalhadores do sector museológico como sendo estruturante para o futuro dos museus e da museologia em Portugal.

4 - O novo modelo de gestão dos museus do Estado irá conferir uma maior autonomia a estas entidades culturais, permitindo a gestão independente das receitas próprias?

E, sendo assim, ficarão acautelados os seguintes pressupostos?

a) Todos os museus devem possuir uma dotação orçamental própria e objectivamente suficiente para fazer face às despesas de funcionamento (pessoal e custos correntes);

b) Os métodos de selecção para apoios suplementares a projectos e programas específicos dos museus devem ser definidos com regras claras e transparentes, de conhecimento interno generalizado, e baseados em critérios objectivos e mensuráveis;

c) Os museus respondem, tanto ao nível dos planos e orçamentos, como dos relatórios e contas, à entidade tutelar, no caso presente à DGPC, nos termos regulamentares que se vierem a instituir;

d) O Estado deve ainda garantir, sem subterfúgios ou dilações, e sobretudo sem suborçamentações, as despesas com o pessoal, com o funcionamento e com os equipamentos dos seus museus;

e) O Estado deve disponibilizar, através da DGPC, uma verba especial para fazer face às necessidades de manutenção/reparação dos edifícios onde estão instalados os museus, bem como em relação aos respectivos equipamentos que os dotam;

f) O Estado deve disponibilizar, através da DGPC, uma verba especial para fazer face às necessidades de conservação das colecções de todos os Museus dependentes, definindo a sua aplicação em função de critérios claros e objectivos, segundo normas regulamentares estabelecidas internamente;

- g) As receitas de mecenato obtidas para fins específicos, por parte de cada museu, devem ser geridas directamente pelos museus beneficiários. As receitas mecenáticas obtidas pela entidade tutelar, em termos gerais, devem servir para financiar projectos de todos os museus, beneficiando tendencialmente os que, por força da sua localização periférica, maiores dificuldades tenham na obtenção deste tipo de apoios.

5 - No âmbito das (hipotéticas) transferências previstas (?) de Museus para a tutela das Direcções Regionais de Cultura ou para as autarquias locais, e uma vez que não é suposto que tais transferências sejam feitas por razões de natureza economicista, estão a ser acauteladas e garantidas as seguintes condições?

- a) As novas entidades tutelares serão dotadas anualmente dos recursos indispensáveis que assegurem as mesmas condições de apoio material, humano, técnico e financeiro aos museus que transitam de tutela, pelo menos nos termos em que tal apoio tem sido prestado até à data presente pelo ex- IMC, ficando obrigadas aos seu cumprimento, por força de lei?
- b) As estruturas museológicas que transitarem para as diferentes tutelas não irão sofrer nenhuma depreciação financeira, normativa, regulamentar e funcional, nem serão prejudicadas nos seus mapas de pessoal actuais, nem das expectativas de funcionamento que possuem, nem tão pouco de alterações aos métodos de constituição das respectivas direcções, conforme está consagrado na Lei Quadro dos Museus Portugueses?
- c) Por cada Museu transferido, por razões concretas e tecnicamente fundamentadas (acervo, localização, tipologia ou outras) vai ser transferida para a tutela do Estado uma entidade museológica que cubra zonas do território nacional actualmente desprovidas de Museus do Estado?

6 - No âmbito da Rede Portuguesa de Museus vamos garantir?

- a) Continuidade ao trabalho da equipa existente (entretanto extinta), readmitindo os profissionais e reforçando as suas capacidades normativas e operacionais?
- b) O início de um processo de estruturação a que se referem os artigos 106º e 107ª (Museus nacionais e núcleos de apoio a museus), definindo as respectivas funções e instalando os primeiros núcleos no território nacional?

7 – Finalmente, no âmbito das relações entre a cultura e o turismo vão ser acautelados investimentos na requalificação das estruturas museológicas em todo o território nacional, com verbas provenientes do sector do turismo, estabelecendo quotas obrigatórias para uma aplicação equilibrada e justa dos fundos disponibilizados para o efeito?